

# **Demonstrações financeiras**

## **PCH Zé Tunin S.A.**

31 de dezembro de 2019 e 2018  
com Relatório do Auditor Independente

# **PCH Zé Tunin S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**PCH Zé Tunin S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da PCH Zé Tunin S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PCH Zé Tunin S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Daniel de Araujo Peixoto  
Contador CRC-1BA025348/O-9

## PCH Zé Tunin S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>3</b>	<b>7.783</b>	2.254
Contas a receber	<b>4</b>	<b>756</b>	3.834
Impostos a recuperar		<b>1.662</b>	1.670
Outros		<b>464</b>	357
Total do ativo circulante		<b>10.665</b>	8.115
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	<b>5</b>	<b>1.116</b>	1.259
Imobilizado	<b>6</b>	<b>55.993</b>	57.274
Depósitos judiciais		<b>28</b>	28
Total do ativo não circulante		<b>57.137</b>	58.561
Total do ativo		<b>67.802</b>	66.676

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	<b>7</b>	<b>645</b>	1.080
Empréstimos e financiamentos	<b>8</b>	<b>3.206</b>	3.205
Impostos e contribuições a recolher		<b>87</b>	140
Dividendos a pagar		<b>1.007</b>	-
Outras contas a pagar	<b>10</b>	<b>6.649</b>	6.183
Total do passivo circulante		<b>11.594</b>	10.608
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<b>8</b>	<b>18.936</b>	22.028
Total do passivo não circulante		<b>18.936</b>	22.028
Patrimônio líquido			
Capital social	<b>11</b>	<b>33.757</b>	33.757
Reservas de lucros	<b>11</b>	<b>3.515</b>	283
Total do patrimônio líquido		<b>37.272</b>	34.040
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>67.802</b>	66.676

## PCH Zé Tunin S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita operacional líquida	<b>12</b>	<b>10.303</b>	10.403
Custo de geração de energia	<b>13</b>	<b>(3.275)</b>	(8.209)
Lucro bruto		<b>7.028</b>	2.194
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	<b>13</b>	<b>(199)</b>	(128)
Outras despesas operacionais		<b>(97)</b>	(16)
		<b>(296)</b>	(144)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		<b>6.732</b>	2.050
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	<b>14</b>	<b>438</b>	1.508
Despesas financeiras	<b>14</b>	<b>(2.444)</b>	(2.824)
		<b>(2.006)</b>	(1.316)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>4.726</b>	734
Imposto de renda e contribuição social Corrente	<b>15</b>	<b>(487)</b>	(827)
		<b>(487)</b>	(827)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>4.239</b>	(93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## PCH Zé Tunin S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.239	(93)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>4.239</u>	<u>(93)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## PCH Zé Tunin S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		61.447	376	4.310	-	66.133
Redução de capital ocorrida no exercício	11.a	(27.690)	-	-	-	(27.690)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	11.c	-	-	(4.310)	-	(4.310)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(93)	(93)
Absorção das reservas pelo prejuízo	11.b	-	(93)	-	93	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		33.757	283	-	-	34.040
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.239	4.239
Constituição de reserva legal	11.b	-	212	-	(212)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.c	-	-	-	(1.007)	(1.007)
Reserva de dividendos complementares	11.b	-	-	3.020	(3.020)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		33.757	495	3.020	-	37.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## PCH Zé Tunin S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>4.239</b>	(93)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	<b>6</b>	<b>1.695</b>	2.561
Encargos financeiros com empréstimos, líquidos	<b>8</b>	<b>1.610</b>	1.879
Baixa de ativo imobilizado	<b>6</b>	<b>56</b>	23
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		<b>3.078</b>	(2.979)
Impostos a recuperar		<b>8</b>	(1.139)
Despesas antecipadas		-	154
Outros		<b>(107)</b>	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		<b>(435)</b>	(526)
Impostos e contribuições a recolher		<b>(53)</b>	(261)
Outras contas a pagar		<b>466</b>	2.032
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<b>10.557</b>	1.651
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		<b>143</b>	692
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	<b>6</b>	<b>(470)</b>	(48)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<b>(327)</b>	644
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	<b>8</b>	<b>(3.147)</b>	(3.137)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	<b>8</b>	<b>(1.554)</b>	(1.751)
Redução de capital		-	(27.690)
Dividendos pagos		-	(4.310)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<b>(4.701)</b>	(36.888)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		<b>5.529</b>	(34.593)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		<b>2.254</b>	36.847
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		<b>7.783</b>	2.254
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<b>5.529</b>	(34.593)
Informações complementares			
Valores pagos de IR:		<b>248</b>	517
Valores pagos de CS:		<b>167</b>	323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A PCH Zé Tunin S.A. (“Sociedade” ou “Zé Tunin”) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo social (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin (“PCH Zé Tunin” ou “PCH”); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pela PCH; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; e (d) a comercialização de créditos de carbono.

A Sociedade foi constituída em 15 de julho de 2010, e atualmente é controlada diretamente pela São João Energética S.A. Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas de acordo com o qual a Energisa S.A. alienou à São João Energética S.A., sociedade com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro que integra o Grupo Brookfield, o controle indireto da Sociedade, uma vez que seu controle direto era exercido pelo fundo de Investimento Energisa Geração Hidroelétrica Fundo de Investimento em Participações, extinto em 16 de novembro de 2015. A efetiva transferência das ações ocorreu em 31 de março de 2015.

Em 5 de julho de 2011, por meio da Resolução nº 2.994 da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Sociedade obteve a autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, com 8.000 kW de potência instalada, localizada na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, nos Municípios de Guarani e Astolfo Dutra, no Estado de Minas Gerais. A Sociedade iniciou a operação comercial da unidade geradora UG1 em 27 de dezembro de 2012, mediante Despacho nº 4.126 da ANEEL. Por meio do Despacho nº 47 da ANEEL, a Sociedade obteve a liberação do início da operação comercial da unidade geradora UG2 a partir de 12 de janeiro de 2013.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL Resolução	Local
Zé Tunin	8,0	2.994/2011	Guarani e Astolfo Dutra - MG

O período da autorização da PCH Zé Tunin é de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL nº 2.994, podendo ser prorrogado por igual período, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional--Continuação

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes características:

Indústria	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Metalúrgica	01/01/2016	31/12/2020

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 929 (R\$ 2.493 em 31 de dezembro de 2018). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e, ainda, a Administração da Sociedade entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

## **PCH Zé Tunin S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2. Base de elaboração**

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis**

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

#### b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

#### i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

##### ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa e juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

##### c) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.



## **PCH Zé Tunin S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

c) Ativo imobilizado--Continuação

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

d) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

e) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

## **PCH Zé Tunin S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

##### h) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

##### i) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

##### j) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

##### k) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

## **PCH Zé Tunin S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

##### **l) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### **2.4. Novos pronunciamentos contábeis**

A norma abaixo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários	98	505
Aplicações financeiras	<b>7.685</b>	1.749
Total	<b>7.783</b>	2.254

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	7.049	1.749
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	636	-
			<b>7.685</b>	1.749

As aplicações são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

### 4. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Venda de energia	756	827
Contas a receber – partes relacionadas	-	3.007
	<b>756</b>	3.834

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo a vencer	756	827
Saldo vencido até 30 dias	-	3.007
Total	<b>756</b>	3.834

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	<u>1.116</u>	<u>1.259</u>
			<u>1.116</u>	<u>1.259</u>

O montante se refere a depósitos em fundos CDI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imobilizado

	Em serviço				Em curso		Total	
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo		Bens em andamento
<b>31 de dezembro de 2017</b>	2.169	21.738	24.542	20.742	1.303	499	871	71.864
Adições	-	-	-	-	-	3	45	48
Baixas	-	(15)	-	-	-	-	(11)	(26)
Transferências	-	205	152	-	-	(4)	(353)	-
<b>31 de dezembro de 2018</b>	2.169	21.928	24.694	20.742	1.303	498	552	71.886
Adições	-	-	-	-	-	16	454	470
Baixas	-	-	-	-	-	(56)	-	(56)
Transferências	-	2	-	-	-	-	(2)	-
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.169</b>	<b>21.930</b>	<b>24.694</b>	<b>20.742</b>	<b>1.303</b>	<b>458</b>	<b>1.004</b>	<b>72.300</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>	(357)	(3.749)	(4.183)	(3.540)	(225)	-	-	(12.054)
Adições de depreciação	(77)	(830)	(873)	(735)	(46)	-	-	(2.561)
Baixas de depreciação	-	3	-	-	-	-	-	3
<b>31 de dezembro de 2018</b>	(434)	(4.576)	(5.056)	(4.275)	(271)	-	-	(14.612)
Adições de depreciação	(33)	(685)	(471)	(466)	(40)	-	-	(1.695)
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>(467)</b>	<b>(5.261)</b>	<b>(5.527)</b>	<b>(4.741)</b>	<b>(311)</b>	-	-	<b>(16.307)</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2018</b>	1.735	17.352	19.638	16.467	1.032	498	552	57.274
<b>Total em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.702</b>	<b>16.669</b>	<b>19.167</b>	<b>16.001</b>	<b>992</b>	<b>458</b>	<b>1.004</b>	<b>55.993</b>

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imobilizado--Continuação

#### a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019, e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	<b>25 a 50 anos</b>
Máquinas, equipamentos e instalações	<b>10 a 40 anos</b>
Reservatórios barragens e adutoras	<b>30 a 50 anos</b>
Transmissão e distribuição	<b>20 a 40 anos</b>

#### b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que, em 31 de dezembro de 2019, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Contas a pagar

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	<b>487</b>	8
Fornecedores	<b>155</b>	43
Contas a pagar - partes relacionadas	<b>2</b>	1.028
Seguros	<b>1</b>	1
Total	<b>645</b>	1.080

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Empréstimos e financiamentos

Credor	Encargos	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES	TJLP (*) + 1,76% a.a.	1.927	16.386	1.930	18.198
BNDES	Pré-fixado 2,50% a.a.	1.279	2.550	1.275	3.830
Total		3.206	18.936	3.205	22.028

(\*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2019	2018
Saldo inicial	25.233	28.242
Juros provisionados	1.549	1.735
Juros incorporados ao principal	61	144
Amortização – principal	(3.147)	(3.137)
Pagamento – juros	(1.554)	(1.751)
Saldo final	22.142	25.233

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor é composto por principal e juros e é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento finais as datas de 15 de dezembro de 2022 e 17 de setembro de 2029.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2019, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2021	3.147
2022	3.147
2023	1.872
2024	1.872
Após 2024	8.898
Total	18.936

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), aos quais foram atingidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

No entanto, em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui uma ação indenizatória de danos morais e materiais, ajuizada em 11 de março de 2019, mediante o processo nº 0002915-45.2019.8.13.0284, classificada como perda possível, no montante de R\$ 4.000.

### 10. Outras contas a pagar

	2019	2018
Provisões MRE/CCEE (*)	6.649	6.183
Total	<u>6.649</u>	<u>6.183</u>

(\*) Em 2018, refere-se ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF e GFIS, e em 2019 se refere apenas aos impactos da liminar do GSF.

A Sociedade está contratada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), e não considerou vantajosa a metodologia proposta pelo Governo acerca da repactuação do risco hidrológico. Conseqüentemente, a liminar sobre o tema permanece vigente enquanto a decisão final do mérito não é proferida. Adicionalmente, a Sociedade mantém as discussões com o Governo sobre novas medidas para a repactuação do risco hidrológico.

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE diminuiu a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, incluindo a Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), a Sociedade entrou com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS). Com isso, a Sociedade efetuou o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Por esse motivo, nossos assessores jurídicos alteraram a probabilidade de perda para remota, e em setembro de 2019, a Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliou, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa possui chance de perda remota, não necessitando mais de provisionamento no balanço.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$ 18.

## **PCH Zé Tunin S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Patrimônio líquido**

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 33.757, dividido em 61.447.617 (sessenta e uma milhões, quatrocentas e quarenta e sete mil, seiscentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 06 de julho de 2018, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária de acordo com a qual foi aprovada a redução do capital social da Sociedade em R\$ 27.690, sem alteração da quantidade de ações.

#### b) Reservas de lucros

##### b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

##### b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O lucro remanescente, após a constituição da reserva legal e distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser destinado pela Assembleia Geral de Acionistas, mediante a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Dividendos

O estatuto social determina que do lucro remanescente, após as deduções e constituições de reservas, será destinado valor necessário para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório das ações ordinárias de 25% (vinte e cinco por cento), ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Em 06 de julho de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 997 (R\$ 0,02 por lote de mil ações), em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 616 (R\$ 0,01 por lote de mil ações), em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 1.546 (R\$ 0,03 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.151 (R\$ 0,02 por lote de mil ações) à conta de reserva de retenção de lucros.

### 12. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	<b>10.206</b>	10.771
Venda de energia elétrica – partes relacionadas	<b>69</b>	-
Resultado com MRE e CCEE (*)	<b>417</b>	29
	<u><b>10.692</b></u>	<u>10.800</u>
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	<b>(69)</b>	(71)
COFINS	<b>(320)</b>	(326)
Receita operacional líquida	<u><b>10.303</b></u>	<u>10.403</u>

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	167	-
Royalties ANEEL	154	144
	<u>321</u>	<u>144</u>
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	4	5
Viagens	-	2
Serviços de terceiros	561	716
Seguros	70	76
Pessoal	1	2
Depreciação	1.695	2.561
Manutenção	108	114
MRE/CCEE (*)	287	4.411
Telecomunicações	104	100
Outros	124	78
	<u>2.954</u>	<u>8.065</u>
Total do custo de geração de energia	<u>3.275</u>	<u>8.209</u>
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	42	43
Serviços de terceiros	109	40
Pessoal	1	1
Serviços de administração – partes relacionadas	47	44
Total das despesas gerais e administrativas	<u>199</u>	<u>128</u>
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<u>3.474</u>	<u>8.337</u>

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

### 14. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	438	1.508
Total	<u>438</u>	<u>1.508</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	1.610	1.879
Despesas com letras de crédito	351	342
Outros	483	603
Total	<u>2.444</u>	<u>2.824</u>

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Corrente		
Imposto de renda	<b>319</b>	571
Contribuição social	<b>168</b>	256
Total com despesas de impostos	<b>487</b>	827

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Faturamento (fornecimento de energia)	<b>10.692</b>	<b>10.692</b>	10.800	10.800
Outros – baixa liminar GFIS	<b>(18)</b>	<b>(18)</b>	-	-
% para base de cálculo	<b>8%</b>	<b>12%</b>	8%	12%
Base de cálculo	<b>854</b>	<b>1.281</b>	864	1.296
Receitas financeiras	<b>438</b>	<b>438</b>	1.508	1.508
Outras receitas	-	-	6	6
Base de cálculo total	<b>1.292</b>	<b>1.719</b>	2.378	2.810
% do imposto (*)	<b>25%</b>	<b>9%</b>	25%	9%
	<b>299</b>	<b>155</b>	571	253
Outros	<b>20</b>	<b>13</b>	-	3
Total	<b>319</b>	<b>168</b>	571	256

(\*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativo</b>			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	-	3.007
		-	3.007
<b>Passivo</b>			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	2	1.028
		2	1.028
Dividendos a pagar			
São João Energética S.A.	(c)	1.007	-
		1.007	-
<b>Resultado</b>			
Venda de energia			
Tangará Energia S.A.	(d)	69	-
		69	-
Compras de energia			
Tangará Energia S.A.	(e)	167	-
		167	-
Serviços de ADM - Despesa			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	47	44
		47	44

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos ao acionista da Sociedade;
- (d) Venda de energia elétrica para outra empresa do grupo;
- (e) Compra de energia elétrica de outra empresa do grupo;
- (f) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

## **PCH Zé Tunin S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Seguros**

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 59.829 (R\$ 62.447 em 31 de dezembro de 2018) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).



## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.783	7.783	-	2.254	2.254
Contas a receber	756	-	756	3.834	-	3.834
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	1.116	1.116	-	1.259	1.259
	<b>756</b>	<b>8.899</b>	<b>9.655</b>	<b>3.834</b>	<b>3.513</b>	<b>7.347</b>

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
<b>Passivos financeiros</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Custo amortizado</b>
Contas a pagar	645	1.080
Empréstimos e financiamentos	22.142	25.233
Dividendos a pagar	1.007	-
	<b>23.794</b>	<b>26.313</b>

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - *instituições financeiras*

São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizadas pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

#### c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Mensuração do valor justo--Continuação

- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>7.783</b>	2.254
Depósitos restituíveis e valores vinculados	<b>1.116</b>	1.259

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

#### d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

##### ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

##### iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

##### iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

## PCH Zé Tunin S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

##### vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

## **PCH Zé Tunin S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **18. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

#### e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

### **19. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras**

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 20 de março de 2020.